

**A questão da loucura na historiografia ocidental e nos jornais
da cidade de Cuiabá na Primeira República**

Loiva Canova*

Resumo: Este artigo tem por objetivo contribuir para a compreensão do modo como o problema da loucura foi concebido na historiografia do século XX. Também problematiza a forma como os insanos e a loucura foi retratada nos jornais publicados pela Igreja Católica na cidade de Cuiabá, na época da Primeira República. Para atingir tais objetivos, são discutidas algumas das representações e práticas sociais – formuladas pelas autoridades político-administrativas, policiais e médicas da capital do estado de Mato Grosso, no período em questão – concernentes aos indivíduos considerados loucos e à necessidade de segregá-los.

Palavras-chave: Historiografia. Loucura. Cuiabá.

Abstract: This article aims to contribute to the understanding of the manner through which the issue of madness was conceived in the historiography of the 20th century. It also approaches the way through which the insane and the madness were portrayed in the newspapers published by the Catholic Church in the city of Cuiabá, by the time of the First Republic. In order to achieve such objectives, some of the representations and social practices are discussed – formulated by the political-administrative, police and medical authorities the state capital of Mato Grosso, in the referred period – regarding the individuals considered insane and the necessity of segregating them.

Key-words: Historiography. Madness. Cuiabá.

A historiografia e a loucura no Ocidente

Na historiografia contemporânea, o tema da loucura tem sido tratado, em larga medida, a partir da contribuição decisiva da obra de Michel Foucault, sobretudo em *História da loucura na Idade Clássica*¹, que representa um marco sobre a análise da loucura no

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <loivacanova@gmail.com>.

¹ FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Ocidente europeu. O autor inicia sua análise com destaque ao tema da loucura na Idade Média e a estende até o século XIX, abordando o processo de institucionalização da demência em hospitais manicomiais. Problematizando uma rica e crítica história das condições que promoveram a constituição de um saber específico a respeito da loucura, Foucault investiga de que modo esse saber argumentou a necessidade de internamento do louco em instituições específicas a essa prática social.

Durante a Idade Média, a prática de exclusão socialmente reconhecida era banir das cidades os loucos e no final dela, o louco não recebia sacramentos e nem podia visitar a igreja. Frequentemente era escorraçado das cidades e levado por marinheiros para lugares distantes. A viagem pelas águas trazia ao imaginário europeu a ideia da purificação, e alguns alienados passavam pela humilhação de serem chicoteados publicamente. Sob este modo de ver, os loucos daquele período eram confiados aos marinheiros e tornavam-se prisioneiros de sua própria partida. A navegação simbolizava a entrega do homem à incerteza da sorte, e todo embarque representava o último; do outro lado do mundo desembarcaria o demente.

Ao tratar da grande internação, Foucault discutiu os papéis representados pelos hospitais gerais e também pelas santas casas de misericórdia. Na Europa, como no Brasil, esses hospitais cumpriram importante função de reclusão, recolhimento e alojamento e, não raro, eram provedores das primeiras necessidades humanas, principalmente aquelas referentes à alimentação. A Santa Casa de Misericórdia desempenhou no Ocidente o papel de pôr em ordem o mundo da miséria, evidenciando-se o desejo de ajudar e a necessidade de reprimir.

É nos quadros desta discussão política, histórica e filosófica que podem ser encontrados elementos a respeito da loucura para entender o contexto político, médico e institucional no final do século XIX a meados do século XX. Sem dúvida, a obra de Foucault oferece importante referencial para se compreender a afirmação do saber psiquiátrico e o processo histórico da segregação da loucura no contexto dos valores burgueses em todo o mundo ocidental.

Outra obra de Michel Foucault, *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*², traz maiores subsídios para discutir a organização interna dos hospitais e seus mecanismos de controle, oferecendo importante referencial do papel desempenhado pelas instituições hospitalar e policial no trato da loucura. Foucault problematiza as instituições como espaços fechados e vigiados, nos quais os indivíduos estão fixados e são controlados em seus menores movimentos, locais em que todos os acontecimentos são registrados. Segundo o autor, a

² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

cadeia pública, as escolas e os hospitais seguem regras funcionais. São instituições controladas pelo saber técnico e científico, por esse motivo se faz interessante a leitura das descrições individuais contidas nos prontuários médicos, bem como de documentos que apresentam relatos biográficos descritos pelos assistentes sociais, enfermeiras e médicos, especificando um conjunto de técnicas, procedimentos e instrumentos capazes de atuar no cotidiano da instituição. Essa obra subsidia também a leitura explicativa dos projetos arquitetônicos dos hospitais do Brasil, na perspectiva do método de análise e da forma do autor trabalhar com o sistema de vigilância institucional, que ele chama de “panóptico”.

Na análise das representações sobre a loucura, considera-se fundamental a contribuição de Michel Foucault³ sobre a problemática do discurso e da vontade de verdade que, segundo o filósofo, tem seu contexto no século XIX, quando ganha força principalmente com as ciências da modernidade, com a sociedade industrial e com a ideologia positivista. O discurso do louco não pode ser proferido como o dos outros, sua palavra não é acolhida como verdadeira nem tem importância social ou de defesa jurídica. Em tempos mais recentes, a palavra do louco é decifrada pelos médicos-psiquiatras por meio do aparato institucional criado no decorrer da era clássica. Aos médicos e psiquiatras foi permitida a escuta do paciente. Com esse procedimento, os profissionais retêm as palavras do paciente e por essa escuta há um desejo carregado de poderes. O discurso verdadeiro dá sentido à prática social da reclusão e, por consequência, da exclusão.⁴

Outras obras foram importantes para oferecer subsídios teóricos que possibilitassem o entendimento da loucura no Ocidente, todas, de alguma forma, referem-se aos estudos de Foucault. Entre elas destacam-se dois estudos de Thomas S. Szasz⁵, que trazem importante contribuição à problematização do assunto. De acordo com Szasz, o trabalho de segregação dos considerados insanos parte principalmente do saber psiquiátrico e é visto como um engenheiro do comportamento que se supõe capaz de controlar os desvios sociais. Assim, o que é definido como doença mental consiste no que os psiquiatras resolveram rotular como desvios de conduta, são juízos de valor estigmatizados e aprovados pela instituição psiquiátrica. Szasz critica as intervenções psiquiátricas involuntárias, pois não as entende como processos de cura e tratamento, mas como dispositivos de tortura.

³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

⁴ FOUCAULT, op. cit., 1996, p. 11-16.

⁵ SZASZ, Thomas S. *A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental*. Trad. Dante Moreira Leite. Rio de Janeiro: Zahar, 1971; SZASZ, Thomas S. *O mito da doença mental: fundamentos de uma teoria da conduta pessoal*. Trad. Irley Franco e Carlos Roberto Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Robert Castel⁶ mostra, assim como Szasz, que a Psiquiatria é uma ciência política, pois responde a um problema de ordem governamental e social. Com a medicina psiquiátrica, a loucura foi administrada e circunscrita a um quadro técnico, e esta é uma perspectiva que possibilita entender a criação dos organismos médico-institucionais em resposta a medidas governamentais de âmbito federal.

Ao avaliar a condição jurídica do louco, tanto Castel quanto Szasz entendem que esse indivíduo ameaça todas as regras destinadas a organizar a sociedade, viola todas as leis que não podem ser transgredidas pelo criminoso dito são. Além disso, segundo Castel, está impossibilitado de participar do processo de produção. O doente mental não mais se pertence, passando para o campo da lástima e da piedade, rompendo com o controle social. O autor também analisa o aspecto jurídico do suposto doente mental, diferente do que ocorre com o suposto delinquente. Aquele está privado das garantias constitucionais, perde o direito de responder sobre sua pessoa, sua casa e seus documentos; não tem o direito de responder judicialmente por seus atos e dele se subtrai o direito à informação sobre a natureza e causa das acusações judiciais que lhe são feitas. Assim, não tem a seu favor o advogado de defesa, não possui direito de enfrentar as testemunhas de proteção e acusação. Nesse contexto, segundo Castel, foi introduzida uma prática de competência técnica que impôs aos insanos a tutelarização brutal e completa. Para tanto, tornou-se fundamental o seu isolamento em instituições fechadas, nas quais foram confinados, rotulados e postos sob a observação e o controle de centenas de profissionais estritamente especializados.

Roy Porter⁷, por sua vez, produziu uma abordagem inédita na historiografia sobre o assunto da loucura. Sua intenção era apresentar como os sujeitos da loucura conceberam suas doenças e como explicaram seus comportamentos. Para isto, é possível utilizar de inúmeros documentos produzidos por – ou atribuídos a – pessoas que foram tratadas como loucas e que se reconheciam como tais. O material de análise forma um conjunto documental riquíssimo, composto de cartas, desenhos, pinturas e textos poéticos, que Porter analisou procurando entender como aquelas pessoas assinalaram os universos mentais de seu psiquismo.

Ao usar o discurso do louco, conferindo-lhe autoridade para falar de si, Porter promoveu um novo olhar sobre o entendimento do comportamento humano. Seu estudo, com base na avaliação da autobiografia de seus personagens, promoveu uma percepção diferenciada a respeito da insanidade. Sua análise consistiu em encontrar nos relatos de

⁶ CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade do ouro do alienismo*. Trad. Maria da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁷ PORTER, Roy. *Uma história social da loucura*. Trad. Ângela Melim. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

personagens do século XIX a significação das práticas psiquiátricas. Porter deu aos insanos o poder da voz, o que valeu ao autor um objeto de estudo e reconhecimento da sua palavra. Os textos escritos pelos loucos não foram lidos apenas como análise de sintomas das doenças ou das síndromes, mas vistos como comunicações dos medos e das ameaças, depoimentos de sujeitos históricos aprisionados pelos múltiplos saberes e práticas médicas, nas quais se destacam o uso da camisa-de-força, dos eletrochoques e da quimioterapia emudecedora.

Contudo, a contribuição de Porter não se restringiu apenas à perspectiva da análise do universo da loucura e na escolha de seu material de investigação. Diferenciou-se também nas avaliações que fez a respeito da Psiquiatria. Em sua análise, menos contundente e mais relativizadora na forma de rever a história da ciência psiquiátrica, Porter relata não saber se os loucos internados nas instituições psiquiátricas eram mais bem tratados do que aqueles seus iguais não-confinados, secretamente acorrentados pelas famílias em celeiros ou, quem sabe, chicoteados em sórdidos sótãos de propriedade de requintadas famílias.

Ainda de acordo com Porter, a medicina psiquiátrica ganhou impulso a partir do século XVIII, embora fosse, então, ainda muito grotesca. No seu florescer, a Psiquiatria utilizou-se da medicina orgânica como método de tratamento. Depois surgiram as medicações com o fim de purgar do corpo as substâncias que feriam a tranquilidade mental. A medicina orgânica utilizava-se também da terapia por meio das drogas: sedativos para os maníacos, estimulantes para os melancólicos. Outros métodos foram usados, entre os quais: suadouros, banhos quentes e frios, vômitos, laxativos, eletrochoque, cadeiras-de-força, algemas, camisas-de-força, correntes, ópio e confinamento solitário em celas escuras. Com o tratamento do corpo, principalmente àquela época, pretendia-se atingir o objetivo último, possibilitar o impacto sobre a mente.⁸

No decorrer do século XIX, o método terapêutico trouxe uma nova possibilidade de cura para a doença mental, que consistia num esquema de recuperação que afastava o doente mental do convívio social para, posteriormente, reprogramar sua mente por um processo disciplinar. Para conseguir a façanha da cura, a principal terapêutica era o internamento em hospitais psiquiátricos. Em pouco tempo, manicômios estavam superlotados e – transformados em depósitos de incuráveis, inaptos e doentes crônicos – não mais serviam como instrumento de regeneração. Entende-se que tais práticas de institucionalização se constituíram no resultado de uma consciência compartilhada pela sociedade num determinado

⁸ PORTER, op. cit., 1991, p. 28.

tempo da história, e suas consequências políticas e sociais foram e são de responsabilidade social.

Nessa perspectiva, o trabalho de Ramón Garcia⁹ esclarece a construção da imagem da loucura a partir do que somos e como construímos essas mesmas imagens. O autor afirma ser o processo de exclusão um procedimento fabricado cotidianamente. Esculpe-se o outro, traço por traço, num processo social de fabricação e exclusão, estabelecendo as diferenças entre ele e nós.

A cidade, o louco e a disciplina: Brasil e Mato Grosso

O marco da produção historiográfica sobre a temática da loucura e sobre a história da Psiquiatria no Brasil é o estudo desenvolvido na década de 1980 pelo historiador Jurandir Freire Costa.¹⁰ Sua obra pretende valorizar a história da Psiquiatria no Brasil, com o intuito de apresentar um recenseamento da atuação da medicina psiquiátrica e, com base nele, fazer então os julgamentos necessários à Psiquiatria, que acreditava ser ciência. Baseando-se em documentos pesquisados nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, encontrados principalmente no Rio de Janeiro, Costa analisa o pensamento psiquiátrico da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) nos anos de 1920 a 1930, buscando nos discursos a explicitação das práticas psiquiátricas. O autor detalha o comportamento das práticas psiquiátricas do país refazendo a história das ideias em que se basearam as teorias da Liga Brasileira de Higiene Mental. Para ele,

[...] a eugenia foi o artefato conceitual que permitiu aos psiquiatras dilatar as fronteiras da Psiquiatria e abranger, desta maneira, o terreno social. A nova noção justificou psiquiatricamente a expressão dos anseios culturais dos psiquiatras que, sem ela, teriam que tomar os caminhos políticos e ideológicos adequados à sua manifestação.¹¹

No Brasil, o pensamento psiquiátrico incorporou as ideias e ideais eugênicos, bastante funcionais no momento em que a questão racial ocupava papel de destaque na agenda social do país, recém-saído da escravidão: “a prevenção eugênica destinava-se a criar um indivíduo brasileiro mentalmente sadio. Mas este indivíduo não era um indivíduo qualquer. Ele deveria ser branco, racista, xenófobo, puritano, chauvinista e antiliberal.”¹²

⁹ GARCIA, Ramón. A propósito do outro: a loucura. In: LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Perez de. *Imagens do outro*. Trad. Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 24-46.

¹⁰ COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

¹¹ COSTA, op. cit., 1980, p. 29.

¹² COSTA, op. cit., 1980, p. 18-19.

Os psiquiatras estabeleceram uma relação científica com os modelos conceituais apresentados pela eugenia, e com a ambição de fazer ciência, os psiquiatras passaram a dominar a desrazão. Perseguido-a, queriam de toda forma domesticá-la, por isso tornou-se um recurso importante para construir no Brasil uma imagem de prevenção aos vícios, à ociosidade e à miscigenação racial. Muitos psiquiatras acreditavam que o povo brasileiro degradara-se moralmente e que a eugenia representava uma forma de resolver essa questão, auxiliando na prevenção da transgressão moral e social.

Entre os grandes vilões da transgressão e da degradação moral, objeto da intervenção psiquiátrica, estava o alcoolismo. Muitos profissionais da saúde envolveram-se apaixonadamente no combate ao uso do álcool, apontando os significativos males físicos e psíquicos causados pelo alcoolismo e atribuindo-lhe grande parte das mazelas sociais, sobretudo os crimes e as doenças mentais.

Sob a mira dos médicos e de intelectuais estava a população pobre, imigrante e negra. Em nome da ciência, importaram ideias segregadoras, desenvolveram a discriminação cultural, legitimaram e caucionaram os preconceitos raciais. Os pobres e os negros foram os mais visados nessa política de segregação antiliberal e racista, os principais alvos, portanto, do poder dos novos conceitos científicos. Como resumiu Costa, referindo-se à atuação da LBHM, uma das instituições que mais se engajou no combate ao alcoolismo, “o biologismo da LBHM tinha um fundamento ideológico e não-científico”. Nesse contexto, a institucionalização da loucura recebe grande impulso, pois o discurso eugênico vinha atender às necessidades teóricas e conceituais de segregar a loucura e tratá-la por meio de conhecimentos técnico-científicos. Costa informa que, até meados do século XIX, os doentes mentais do Rio de Janeiro perambulavam pelas ruas ou internados na Santa Casa de Misericórdia, sem qualquer assistência médica específica. Os maus tratos, o descaso, as péssimas condições ambientais e a ausência de especialidade médica no hospital Santa Casa de Misericórdia eram motivos mais do que suficientes para os médicos do período desenvolverem uma política em defesa do tratamento da doença mental. Nesse contexto de higienização do espaço, foram construídos os primeiros hospitais destinados aos doentes mentais.¹³

A obra de Maria Clementina Pereira Cunha¹⁴ forneceu dados preciosos acerca da história da maior instituição manicomial da América do Sul, o Hospital do Juquery, em São

¹³ COSTA, op. cit., 1980, p. 25.

¹⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Paulo. Discutiu a apropriação do saber psiquiátrico no Brasil, especialmente nesse Estado, e apresentou séria denúncia das práticas repressivas no espaço hospitalar, levadas a efeito pelo saber técnico e científico, somadas ao descaso do poder público. Ao tratar da história do Juquery, Cunha relaciona a instituição e a assistência psiquiátrica à problemática urbana. Para ela, a teoria da degenerescência foi o grande referencial que possibilitou o enfrentamento da indisciplina na segunda metade do século passado.

As transgressões do povo, da população das ruas, das favelas, dos mais pobres, dos negros, dos mestiços e dos imigrantes foram marcadas a ferro e fogo pelos sujeitos disciplinares. Agentes policiais, médicos, sanitaristas e higienistas foram os mais contundentes militantes da vigilância dos códigos morais e sociais expressamente ordenados pela teoria eugenista. Foram capazes de disciplinar os corpos e, no caso, as mentes, com um arsenal de medicamentos e metodologias suficientemente eficazes no controle do cotidiano dos doentes em manicômios.

As maiores vítimas da segregação programada pelos sujeitos eugênicos foram os negros, majoritariamente as mulheres negras e pobres. Conforme descreve Maria Clementina Pereira Cunha, as mulheres eram “quase sempre internadas no Juquery por alegados distúrbios relativos, sobretudo ao espaço que lhes coube na definição de papéis sexuais e sociais – a esfera privada”.¹⁵

Vera Regina Beltrão Marques¹⁶ comenta que a eugenia desempenhou também um papel importante como referência para o projeto de construção da nação civilizada, entre cujos elementos estava o depuramento das raças, eliminando, pelo cruzamento com europeus, os atributos do negro e do índio, considerados inferiores. Assim, pelo uso de uma metodologia racista e xenófoba, pretendia-se aperfeiçoar e homogeneizar a sociedade brasileira por meio de conceitos higiênicos e morais, com objetivos bem definidos: a construção de um futuro promissor à nação brasileira.

A eugenia serviu como um mecanismo de controle da população que afluía para a cidade de São Paulo em busca de melhores condições de vida, projetadas pela ideia de progresso. Também se fez presente no ideal de enfrentar a diversidade social, com o poder de atravessar todas as esferas da existência dos espaços domiciliares, desde comportamentos sexuais a políticos. Era um desafio que implicava construir a aceitação da ordem e da disciplina. Durante os anos de 1920, foram elaboradas as estratégias que tornaram as práticas

¹⁵ CUNHA, op. cit., 1986, p. 143.

¹⁶ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

eugênicas ações políticas do Estado, resultando na elaboração de normas que permitiram a intervenção na esfera social. A eugenia veio também para qualificar a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, “ampliando consideravelmente o seu campo de atuação”.¹⁷

As contribuições de Jurandir Freire Costa, Maria Clementina Pereira Cunha e Vera Marques tornam possível entender o discurso eugênico e sua vinculação com as teorias raciais e as práticas racistas desenvolvidas pela elite política e intelectual brasileira entre meados do século XIX e os primeiros anos da República. E permitem, ainda, associar o conteúdo eugenista aos conceitos de modernidade e civilização veiculados em materiais de investigação documental.

Foi em meados do século XIX e na sucessão dele que hospitais para loucos foram construídos. Os dois primeiros, no ano de 1852, foram os de São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto a cidade de São Paulo apresentava características coloniais no decorrer do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, sede do governo imperial, modernizava-se desde os tempos em que a Coroa migrara para o Brasil. A cidade ostentava mudanças mais significativas, dada a sua condição de capital do país. Nela, os símbolos do progresso já começavam a ser aparelhados no espaço urbano.

Com o capital gerado pela economia cafeeira, São Paulo viria a ganhar investimentos do modelo de cidade que começava a civilizar-se, num período em que se expressaram as transformações urbanas e, em números grandiosos, o aumento populacional, com a inserção de novos sujeitos sociais – os imigrantes italianos, os negros, enfim, o proletariado urbano morador da cidade, especialmente os habitantes dos cortiços. Eram esses os elementos mais visados pela dura realidade de resistirem a um cotidiano marcado pelos interventores do espaço, do sistema policial, médico, intelectual e judicial. A eugenia aos poucos ganharia espaço, promovendo justificativas para as práticas de intervenção social e de cura, ação política capaz de gerar novos modelos de sociedade e de organização urbana.

Sérgio Carrara¹⁸, em estudo sobre o manicômio judiciário no Rio de Janeiro no período da Primeira República, analisou a ambivalência entre o hospital e a prisão, mostrando o cotidiano dos habitantes do manicômio judiciário, os quais se definem e são definidos ao mesmo tempo como doentes e presos. Seu objeto de estudo está embasado na ideia de discutir os embates entre medicina e direito. Esta obra é importante, pois possibilita a compreensão do

¹⁷ MARQUES, op. cit., 1994, p. 27.

¹⁸ CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro/São Paulo: EDUERJ/EDUSP, 1998, p. 16-42.

crescente poder dos médicos na avaliação do quadro psíquico dos pacientes que recebiam atestados médicos ao justificar suas licenças trabalhistas.

O discurso da medicina psiquiátrica deixava claro que o alcoolismo trazia como consequência a doença mental. A intransigência do uso do álcool dava-se em maior grau entre os usuários da classe pobre. O antialcoolismo era “pura defesa dos padrões morais do grupo social a que pertencia a maioria dos psiquiatras”¹⁹. A necessidade fundamental dos agentes psiquiatras era modificar a realidade brasileira com a qual não estavam de acordo. A prevenção era usada como procedimento metodológico capaz de fundamentar a ordem social e moral.

Qualquer teoria poderia justificar a prevenção, pois os psiquiatras encarregavam-se de fazer coincidir a realidade com a representação científica que queriam que ela tivesse [...]. Deste modo é que o alcoolismo tornou-se a causa de pobreza e decadência moral. [...] A sífilis tornou-se atributo do patrimônio genético dos negros e a miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social.²⁰

Viu-se que, para os eugenistas, a mistura das raças era condição que promovia a degeneração moral. A ordem no discurso da civilização seria implementada com o controle racial e com os ajustes morais. Para atingir tal objetivo, seria necessário o controle do saber médico e a Psiquiatria pôs-se a alardear a “difusão da degradação racial e moral das populações”.²¹

O discurso da eugenia aqui apresentado tratava, sobretudo, da difusão de determinados comportamentos e valores morais. Aos pobres eram atribuídas várias perversões, eles eram os responsáveis pelos comportamentos desviantes e socialmente inaceitáveis, pela progressão da delinquência e loucura causada pelo uso do álcool.

A Psiquiatria, ciência responsável pelos códigos morais e pela melhor conduta social, tinha na eugenia seus postulados científicos. Ao argumentar a melhoria da raça, investiu em vários programas de combate ao uso do álcool. As medidas eugênicas em muito contribuíram na avaliação da doença mental. Os psiquiatras “tinham conseguido integrar a eugenia na ideologia racial brasileira, de maneira harmoniosa, ou seja: a eugenia encarregava-se da profilaxia da doença mental e da miscigenação da profilaxia da raça”.²²

O vício do álcool, segundo os pensadores da Liga, comprometia os bons costumes, embrutecia a alma, promovia desastrosas consequências à sanidade mental. Enfim, o uso do

¹⁹ COSTA, op. cit., 1980, p. 71.

²⁰ COSTA, op.cit., 1980, p. 17-18.

²¹ MARQUES, op.cit., 1994, p. 35.

²² MARQUES, op. cit., 1994, p. 38.

álcool impelia “frequentemente à miséria, ao crime, ao suicídio, à loucura, à tuberculose e mais numerosas molestias de gravidade especial”.²³ Os conceitos eugênicos nos centros mais avançados do país mostravam-se capazes de estabelecer parâmetros conceituais e técnicos, de moldar, através de um novo repertório científico, as práticas segregadoras.

Em Mato Grosso, José Barnabé de Mesquita escreveu sobre esses mais novos valores conceituais da eugenia. Muitos dos “crimes célebres”²⁴ ocorridos em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, foram relatados por ele como resultantes da mistura das raças e também da excitação provocada pelo uso do álcool. Mesquita analisou frequentes criminalidades como produto da miscigenação racial. Dizia ser o crime ato de gente selvagem, resultado da irracionalidade humana, da ignorância e da imoralidade do caboclo.

Outra circunstância que convém acentuar é a influência considerável exercida pela ignorância moral e religiosa do caboclo aliada à sua extrema susceptibilidade em questões que se prendem aos instintos inferiores da animalidade. É fácil verificar que a progressão da criminalidade vai decrescendo à medida que se aproxima de um nível superior de cultura.²⁵

O combate ao uso do álcool era tratado por Mesquita com profundidade, com argumentos que não se diferenciavam dos do discurso dos psiquiatras eugenistas. Acreditava, e assim defendia, que os homicídios em Mato Grosso davam-se pelo abuso do álcool. Sua teoria é bastante pertinente aos estudos da degeneração racial. Defendia que “os homicídios e ferimentos são quasi sempre o resultado de rixas entre individuos de infima classe, as mais das vezes no estado de embriaguez”.²⁶ Sobre o vício do álcool diz: “Os beberazes levam a triste primazia no rol dos auctores de nefarios delictos e, no mais das vezes, os crimes praticados, quer na baixa quer na média camada social, têm no alambique o seu principal actor”.²⁷

Sob a orientação do governo federal e da imprensa do Rio de Janeiro, fez-se uma campanha nacional visando à mais ampla divulgação das terríveis consequências do abuso do álcool e seus derivados. Essas campanhas ocupavam-se do assunto dos funestos efeitos do terrível tóxico. Os cuiabanos mais pobres passaram a ser alvos das empreitadas eugenistas. Em matéria de jornal, intitulada “Guerra do álcool”, aparece a campanha imbuída em mostrar os mais devassos perigos de tal vício:

²³ A REACÇÃO, Cuiabá, n. 28, p. 2, 19 jan. 1913.

²⁴ MESQUITA, José Barnabé de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978 - Cadernos Cuiabanos, p. 54.

²⁵ MESQUITA, op. cit., 1978, p. 66.

²⁶ MESQUITA, op. cit., 1978, p. 55.

²⁷ MESQUITA, op. cit., 1978, p. 69.

o qual como nenhum outro, deve merecer a maior atenção dos cientistas ou governantes, porquanto constitui por si só o maior mal social, o factor etiológico mais importante, ao lado da syphilis, responsável pela decadência da nossa nacionalidade, da degeneração da raça, estiolando a no deboche, amesquinhando o carácter, debilitando-o a robustez e corrompendo o brio nacional.²⁸

O álcool foi o grande responsável, na visão do jornal, por um dos piores males que assolou a humanidade. Lemos a mais eloquente prova do que seja o perigo do álcool na referência do saber do

Mestre dos Mestres, o Grande professor Miguel Couto, não precisamos mais recordar a mais terrível hecatombe que a humanidade tenha sofrido nestes últimos anos; a grande guerra de 1914; a maior das guerras mundiais, de que se tem notícia, tivera por origem o álcool, o ethylismo agudo de um inditoso moço.²⁹

O álcool foi percebido como o maior criminoso social, responsabilizado por misérias, viuvez e orfandade, os trágicos resultados da primeira guerra mundial. O papel desempenhado pela LBHM era aconselhar “o abandono de tão degradante vício”.³⁰

Advogava Mesquita que o sertanejo da região mato-grossense se diferenciava daquele do sertão nordestino. No sertão, segundo ele, havia a infestação do crime. Bandoleiros que tomavam de assalto a população interiorana. A principal característica da existência de criminosos jagunços nordestinos era o resultado de uma extraordinária miscigenação racial. Em Mato Grosso, a explicação era a de que

o crime ficou sendo mais a explosão de estados de psicose individual, de odios reprimidos, vinganças políticas ou pessoais, desabafos de afrontas ou vexames à dignidade e à honra. Isso, nas classes média e superior, porque, na plebe, quasi sempre, entra, por maior factor de delinquência, o álcool super excitados dos baixos sentimentos da animalidade, a rebentar em crises quasi sempre motivadas pela libido ou pela ambição.³¹

O combate ao uso do álcool era difundido em vários jornais da cidade, “o uso de bebidas espirituosas, o abuso do vinho e do álcool em geral, são hábitos contraídos até pelas pessoas da boa sociedade”.³²

O discurso da medicina psiquiátrica deixava claro que o alcoolismo trazia como consequência a doença mental. A intransigência do uso do álcool dava-se em maior grau

²⁸ A REACÇÃO, Cuiabá, n. 19, p. 1, 18 out. 1929.

²⁹ A REACÇÃO, Cuiabá, n. 19, p. 1, 18 out. 1929.

³⁰ MESQUITA, op. cit., 1978, p. 55.

³¹ MESQUITA, op. cit., 1978, p. 55.

³² JORNAL DO ÓRGÃO DA LIGA MATO-GROSSENSE DE LIVRES PENSADORES, Cuiabá, n. 28, p. 1, 19 jan. 1913.

naqueles usuários da classe pobre. O antialcoolismo “era uma pura defesa dos padrões morais do grupo social a que pertencia a maioria dos psiquiatras”.³³ A necessidade fundamental destes agentes era modificar a realidade brasileira com a qual não estavam de acordo. A prevenção era usada como procedimento metodológico capaz de fundamentar a ordem social e moral.

Qualquer teoria poderia justificar a prevenção, pois os psiquiatras encarregavam-se de fazer coincidir a realidade com a representação científica que queriam que ela tivesse [...]. Deste modo é que o alcoolismo tornou-se a causa de pobreza e decadência moral. [...] A sífilis tornou-se atributo do patrimônio genético dos negros e a miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social.³⁴

Entendeu-se que, para os eugenistas, a mistura das raças era condição que promovia a degeneração moral. A ordem no discurso da civilização seria implementada com o controle racial e com os ajustes morais. Para atingir tal objetivo seria necessário o controle do saber médico. A Psiquiatria punha-se a alardear a “difusão da degradação racial e moral das populações”.³⁵

O álcool era combatido sistematicamente pelos órgãos de imprensa de Cuiabá. Os maiores problemas gerados pelo consumo eram os que podiam provocar a “verdadeira demencia com tremor característico dos membros (delirium tremens), a mania de perseguição e dahi a facilidade do homicídio. O aumento da loucura marcha na mesma proporção do consumo do álcool”.³⁶ Sobre o abuso do álcool há outra observação publicada em jornal, chamando a atenção das mães que estavam habituadas a usar o álcool no combate às fraquezas físicas:

Queridas mães, tomae cuidado não deveis dar álcool em forma alguma aos vossos filhinhos; se eles estão magros e fracos dar-lhes a “Emulsão de Scott”. Atesto que tenho empregado longamente em minha clínica quer hospitalar, quer civil, e verifiquei sempre os melhores resultados [...]. “Dr. Olegario de Moura de São Paulo”.³⁷

Evidencia-se que o álcool no Brasil era usado para atender a inúmeros problemas de saúde. É muito provável que o álcool, em Cuiabá, tenha sido um grave problema social, mas nada que impedisse os descendentes de herdarem de seus genitores a imbecilidade, idiotice e fraqueza, como tratou o texto publicado no jornal “A Cruz”:

³³ COSTA, op. cit., 1980, p. 71.

³⁴ COSTA, op. cit., 1980, p. 17-18.

³⁵ MARQUES, op. cit., 1994, p. 35.

³⁶ A REACÇÃO, Cuiabá, n. 28, p. 2, 19 jan. 1913.

³⁷ O MATTO-GROSSO, Cuiabá, 29 fev. 1920.

É o álcool que povôa as cadeias. O suicida é frequentemente alcoolista. Consciente ou inconsciente no momento do suicídio, tem no álcool a causa remota ou imediatamente de seu fim. Com estes fenomenos se relaciona a ponderosa questão da hereditariedade: os filhos de paes abusam do álcool, são de compleição infeliz: idiotas, epilepticos.³⁸

Firmo Rodrigues conta que pessoas humildes tinham o costume de usar o álcool como um remédio contra os vermes e o amarelo. “Daí existir um costume entre os pais, de toda vez que tomam um trago de cachaça, deixar um gole para o filho, que junto dele estiver. E o filhinho com pouca idade já vai tomando gosto pelo uso da cachaça”.³⁹ Certo dia, menciona Rodrigues, passando pelo rancho de um casal que morava na propriedade de um fazendeiro, viu um quadro doloroso:

[...] estirado numa rede estava um menino, de 6 para 7 anos, olhos arregalados, completamente inerte. Contavam-me então os pais que, de manhã haviam saído para o trabalho de roça deixando o filho no rancho, de volta, encontramos o menino deitado e sem fala: tinha bebido quase meia garrafa de aguardente. E o menino morreu.⁴⁰

Para os psiquiatras, “a desestruturação da sociedade brasileira tinha verdadeiramente uma origem alcoólica”.⁴¹ A Liga Brasileira de Higiene Mental promovia campanhas antialcoólicas, cujo objetivo mais imediato era o de definir um código moral que pudesse atender a uma política eugenista. Percebe-se claramente que, à medida que a medicina psiquiátrica crescia em poder, maior era o seu território ou maior dimensão tomava o seu objeto de estudo. O que antes era da esfera da Igreja, considerado como pecado ou vício, passa a ser objeto de avaliação da Psiquiatria.

A bebida excessiva tornou-se a doença mental do alcoolismo, assim como os abusos sexuais tais como a sodomia foram psiquiatrizados na “neurose homossexual”, e toda uma série de outras “perversões” eróticas foram catalogadas pela psicopatologia.⁴²

Tratando-se da sociedade, a loucura nos anos decorrentes da República era também avaliada sob a ótica dos efeitos do espiritismo. A loucura, por exemplo, para alguns exacerbados defensores dos preceitos da filosofia cristã, era vista como consequência de práticas da religião espírita. Os discursos a respeito do espiritismo, mais recorrentes nos jornais de cunho cristão, transferiam as representações sobre os efeitos e as causas da loucura a tal prática religiosa. Alguns jornais da época relatam as práticas discursivas referentes à

³⁸ A CRUZ, Cuiabá, 18 jan. 1914, p. 2.

³⁹ RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra*. Cuiabá: Escola Técnica Federal, 1959, p. 117.

⁴⁰ RODRIGUES, op. cit., 1959, p. 117.

⁴¹ COSTA, op. cit., 1980, p. 64.

⁴² PORTER, op. cit., 1991, p. 34.

imagem da loucura e dos loucos. Publicações do jornal “A Cruz” tratam dessa representação do louco, constatando na loucura seus efeitos:

O espiritismo pelo seu occultismo mysterioso aguiolhoa a natural curiosidade do homem outra ocupação que não seja espirita, ao trabalho, ao dever, à família, e produz a monomania! [...] A experiência é tão geral que de qualquer indivíduo que de boa fé se deixar levar ao Espiritismo se afirma sem reboço. “Este se encaminha para a loucura, os casos de loucura são tão numerosos que comparados com o pequeno número dos Espiritas a frequencia deles é espantosa.”⁴³

As práticas espíritas e seus efeitos foram contados no jornal, mantendo o leitor em estado de alerta quanto às tragédias causadas por aquela religião. O espiritismo, segundo os defensores da religião católica, causava mortes, loucura e suicídio. Segundo o texto “Impiedade e superstição”, os manicômios estavam “cheios de loucos cuja a razão se desvairou em sessões necromanticas. Indague-se a causa da assustadora frequencia com que entre nós se repetem os suicídios: o espiritismo entra por muito nessa epidemia”.⁴⁴

Havia estudos declarando que nos indivíduos que desempenhavam as funções de médiuns e naqueles que assistiam às suas operações, “o espiritismo determina a obtusão ou o exaltamento morbido das faculdades mentais”. O relato descreve que não eram poucos os conhecidos como cultores das praxes espíritas, e que tinham morrido como loucos.⁴⁵

Acreditava-se que o suicídio também era causado pelas práticas espíritas. O jornalista carioca Francisco Castorino de Faria, professor público que fora jubilado, tendo nos últimos tempos se dedicado ao espiritismo, começou a apresentar manifestas alterações mentais, e cada vez mais o problema foi se acentuando. Certa madrugada, repentinamente seu Francisco, “obcecado pelas suas novas crenças espíritas”, pendurou-se numa forca na sala de jantar, pondo termo à sua existência.⁴⁶ Há outra história a esse respeito. Por causa da prática espírita, foi recolhido ao hospício da cidade do Rio de Janeiro o cidadão Guilherme Machado, na noite de 25 de setembro de 1912, vindo a falecer no dia 3 de outubro do mesmo ano.⁴⁷

Práticas espíritas não eram vistas, pelos eugenistas e pelos católicos, como de bom agouro à concepção normativa de um viver saudável. A loucura era o belo fruto que a sociedade tinha como resultado diante das práticas religiosas que divergiam do pensamento

⁴³ A CRUZ, Cuiabá, 15 maio 1910, p. 5.

⁴⁴ A CRUZ, Cuiabá, 1 out. 1911, p. 2.

⁴⁵ A CRUZ, Cuiabá, 1 out. 1911, p. 2.

⁴⁶ A CRUZ, Cuiabá, 2 nov. 1913, p. 2.

⁴⁷ A CRUZ, Cuiabá, 24 nov. 1912, p. 2.

católico. Há casos de homens que enlouqueciam, deixando no abandono suas casas e famílias, e passavam a vagar “pelas matas como doidos varridos”.⁴⁸

O discurso da Igreja pode ser entendido como um sintoma de sua percepção da ameaça à ordem estabelecida. A Igreja Católica tinha consciência dos “perigos causados pelo espiritismo”, e apontava a loucura como uma das principais consequências a enfrentar. Religiões surgindo afetavam de perto o monopólio daquela que esteve por séculos no cenário do poder. A loucura significava um respeitável argumento, pertinente ao que vinha sendo discutido em vários grupos de poder e saber. A Igreja, em causa própria, defendendo interesses particulares, divulgava em seus discursos públicos a desvalia da prática espírita. O espiritismo fazia com que homens de família, ricos e felizes, “enlouquecessem em menos de dois anos”.⁴⁹

Todo homem sensato deveria render-se diante dos argumentos da Igreja, pois a prática do espiritismo era uma conduta social não aceita. A igreja via o espiritismo como “um erro, era um engano, um perigo, uma imoralidade”.⁵⁰ O espiritismo tirava a fé e depois a razão. Os espíritas eram vistos como vítimas da curiosidade de charlatães, como escravos da vontade alheia que se metiam em ambiente fechado e que, sem perceber, aspiravam ao calabouço e à morte. “O espiritismo foi condenado pela Suprema Autoridade, que representa a Deus na Terra, a Igreja Católica”.⁵¹ O espiritismo conduzia gradualmente à alienação, fazia mal à sociedade, ao indivíduo e à moralidade. A prática espírita tirava o amor ao trabalho, à família e à nação; escravizava a razão, dominava e subjugava a vontade sob o império do desconhecido e do incógnito.⁵²

Os fenômenos da loucura, bem como assuntos do vampirismo e suas consequências, são conteúdos encontrados em jornais da época. A respeito deste último, o conteúdo tratado referia-se às causas anímicas do vampirismo, com explicações conceituais. O vampirismo era apresentado como uma manifestação da

aniquilação gradativa e lenta do composto organico dos seres, pela influencia maligna dos caxicmomas animicos dos agentes estranhos. Há tres derivantes especiais e completamente determinados desse formidável parasita universal: o vampirismo physico, o corporeo e o mixto. Pela forma astral se manifesta, na antiguidade, sobre os possesos e endemoninhados. Na idade media, se evidencia na execravel pratica da magia-negra e contemporaneamente, esta

⁴⁸ A CRUZ, Cuiabá, 29 jun. 1910, p. 4.

⁴⁹ A CRUZ, Cuiabá, 29 jun. 1910, p. 4.

⁵⁰ A CRUZ, Cuiabá, 1 dez. 1919, p. 2.

⁵¹ A CRUZ, Cuiabá, 1 dez. 1919, p. 2.

⁵² A CRUZ, Cuiabá, 1 dez. 1919, p. 2.

substanciado nos phenomenos da loucura, que debalde os cientistas procuram objectivar no cerebro animal.⁵³

Insistindo no tema, a loucura como fenômeno do vampirismo apresentava problemas de ordem orgânica, manifestando-se por meio do “esgotamento da pujança, do vigor physico da materia, resultante da absorção perenne de seiva vital dos seres, por individuos de maiores possibilidades magneticas ou de avidez animica mais forte”.⁵⁴

O fenômeno do vampirismo como responsável pelos devaneios da mente humana era uma das imagens construídas em discursos de jornal para a explicação de um dos males recorrentes da existência humana, a doença mental. Um dos caminhos é perceber que o discurso não colocava a insanidade como algo que tivesse solução médica. Em vão os cientistas procurariam solucionar os problemas decorrentes da mente humana. Desse mal, sofriam os fracos de espírito, os avessos à vida regrada.

Sobre a loucura há uma história interessante a respeito da vida pessoal de Auguste Comte, filósofo do século XIX e precursor do Positivismo. A matéria do jornal, intitulada “Comte era doido”, narra a história de um livro que fora publicado em Paris com o título “Idées paramedicales et medico-sociales”, de autoria do Dr. Crasset. Esse doutor, segundo o jornal, era psiquiatra e profissional de grande competência e autoridade.⁵⁵

A publicação do livro certamente iria provocar grandes discussões, bem como ferir o espírito dos positivistas. O médico escritor, Dr. Crasset, constatava disfunções psíquicas no comportamento social de Auguste Comte, por suas análises médicas, classificou-o na categoria dos semiloucos. O filósofo havia sido vitimado pela demência e por esse motivo tinha sido internado por três vezes na Casa de Saúde do Dr. Esquirol⁵⁶, de onde saiu, mas não curado. Após Comte ter se casado religiosamente, praticou inúmeras excentricidades, seguidas por uma tentativa de suicídio. Segundo o discurso do jornal, Auguste Comte não era uma pessoa completamente normal e nem completamente saudável. O filósofo foi tido como um antissujeito da nossa cultura. Na carreira de doente mental, Comte passou por algumas situações: primeiro foi qualificado como louco em diagnóstico médico-psiquiátrico; depois passou pelo processo de internamento em clínica, para então ser considerado insano, naquele

⁵³ JORNAL DO COMMERCIO, Cuiabá, n. 220, 4 maio 1927, p. 2.

⁵⁴ JORNAL DO COMMERCIO, Cuiabá, n. 220, 4 maio 1927, p. 2.

⁵⁵ A CRUZ, Cuiabá, 23 fev. 1923, p. 2.

⁵⁶ Alienista e mestre francês, lecionava Psiquiatria em Salpêtrière. Para mais informações sobre a vida do alienista Esquirol, ver: CASTEL, 1978, op. cit., p. 58-67.

que foi, como trata sobre a loucura Ramón Garcia, o momento da incapacitação ou a consumação legal do outro.⁵⁷

Para o Dr. Crasset, algumas características denunciavam o comportamento semilouco de Auguste Comte. As vivências religiosas e sociais fizeram de Comte um homem possuidor de anormalidade psíquica. Segundo o Dr. Crasset, o filósofo possuía uma doentia concepção de família, “que o conduziu a esposar uma mulher indigna, que manteve ao seu lado, apesar de indignidade persistente dessa mulher, o que denota também que elle era ymoral, merecendo ser collocado entre os invalidos moraes”.⁵⁸

Comte recebeu o designativo de louco, também, por praticar “uma concepção doentia de idéia religiosa [...] praticava culto minucioso tres vezes por dia, com orações de uma hora de duração, e com invocações inintelligiveis”.⁵⁹

É interessante perceber que o caso da semiloucura de Comte foi discutido em um jornal do Órgão de Liga Social Católica de Mato Grosso. Os motivos que caracterizaram a loucura de Comte, discutidos pelo autor do livro e reafirmados pelo jornal, são elementos importantes para designar o discurso da imoralidade social e religiosa defendido pelo jornalista. A prática religiosa diferente significava a constatação de procedimento social levado pelo desatino. Para o jornalista, Comte portava-se de forma desviante daquela que por muito tempo foi a dona do pensamento e da alma, dona do tempo litúrgico, dona da vida privada e dos sacramentos. Sua postura religiosa não era desejada. Ao contrário, ele fundara outra religião, significando atitude política desconexa no Brasil cristão. É muito provável que sua inovação política e, principalmente, religiosa tenha incomodado o clero e os mais aguerridos políticos da Monarquia.

O saneamento moral e social da cidade de Cuiabá ia acontecendo. Os espaços de reclusão notoriamente divulgados nos discursos oficiais eram construídos, mesmo que submetidos à espera e à falta de verbas. Em Cuiabá, o louco foi inserido em um conjunto de valores da modernidade, num período em que sujeitos disciplinares empreendiam um novo modelo de sociedade. Em meio a representações negativas da loucura divulgadas pelos órgãos públicos, pela sociedade e pelo jornal da Igreja Católica, os projetos de segregação do louco tomavam força. O saneamento do espaço resultante do investimento de novos procedimentos metodológicos fazia do louco um indivíduo que deveria ser controlado com critérios científicos. Ocorreu na cidade de Cuiabá o processo da segregação dos loucos, que num

⁵⁷ GARCIA, op. cit., 1998, p. 25.

⁵⁸ A CRUZ, Cuiabá, 23 fev. 1923, p. 2.

⁵⁹ A CRUZ, Cuiabá, 23 fev. 1923, p. 2.

primeiro momento esteve marcado pela ordem hospitalar da Santa Casa de Misericórdia e pelas celas da cadeia pública, para posteriormente passarem pela Chácara dos loucos e, finalmente, pelo hospital Adauto Botelho.

Dos tempos áureos da chamada fabricação da loucura, o hospital de atendimento público Adauto Botelho, subsidiado pelo Estado de Mato Grosso, chegou a abrigar, na década de 1970, mais de 600 pacientes. Aquele foi, também, um período em que as denúncias pelo descaso, maus-tratos e falta de pessoal tomaram maior expressão.

Referências

Bibliografias

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro/São Paulo: EDUERJ/EDUSP, 1998.

CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade do ouro do alienismo*. Trad. Maria da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História da loucura na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA, Ramón. A propósito do outro: a loucura. In: LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Perez de. *Imagens do outro*. Trad. Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 24-46.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: EDUNICAMP, 1994.

MESQUITA, José Barnabé de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978 - Cadernos Cuiabanos, 4.

PORTER, Roy. *Uma história social da loucura*. Trad. Ângela Melim. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra*. Cuiabá: Escola Técnica Federal, 1959.

SILVA, Lisle Maria da. *Hospital de alienados: esboço para um enfoque histórico-social*. Monografia (Conclusão de Curso de História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1988.

SZASZ, Thomas S. *A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental*. Trad. Dante Moreira Leite. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *O mito da doença mental: fundamentos de uma teoria da conduta pessoal*. Trad. Irley Franco e Carlos Roberto Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Fontes

Jornais

A CRUZ, Cuiabá, 15 maio 1910. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A CRUZ, Cuiabá, 29 jun. 1910. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A CRUZ, Cuiabá, 1 out. 1911. In: In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A CRUZ, Cuiabá, 24 nov. 1912. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A CRUZ, Cuiabá, 2 nov. 1913. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A CRUZ, Cuiabá, 18 jan. 1914. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A CRUZ, Cuiabá, 1 dez. 1919. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A CRUZ, Cuiabá, 23 fev. 1923. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A REACÇÃO, Cuiabá, n. 28, 19 jan. 1913. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

A REACÇÃO, Cuiabá, n. 19, 18 out. 1929. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

JORNAL DO COMMERCIO, Cuiabá, n. 220, 4 maio 1927. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

JORNAL DO ÓRGÃO DA LIGA MATO-GROSSENSE DE LIVRES PENSADORES, Cuiabá, n. 28, 19 jan. 1913. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

O MATTO-GROSSO, Cuiabá, 29 fev. 1920. In: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/Cuiabá.

Recebido em maio de 2011; aprovado em junho de 2011.